

Governo propõe parlamentarismo com cinco anos

Projeto exclui ministros militares do voto de desconfiança e foi redigido por Saulo Ramos

O Governo decidiu assumir a paternidade de um projeto que institui o sistema parlamentarista no País cujo texto deverá ser apresentado à Constituinte, ainda essa semana, por um deputado, provavelmente Borges da Silveira (PR), que é do grupo moderado, ligado ao líder Carlos Sant'Anna e membro do Centro-Democrático. Ele prevê o mandato presidencial de cinco anos e faz dos ministros militares parte do gabinete do Presidente da República, com o que estão protegidos do voto de desconfiança da Câmara. Será um substitutivo ao relatório do senador José Fogaca.

Esse projeto se encaixa como luva em definição do líder Carlos Sant'Anna, que há alguns dias vem dizendo que só pode concordar com "um parlamentarismo possível para um Brasil real". Ou seja, protege os ministros militares de um voto de desconfiança do Governo, ficando eles no mesmo nível do chefe do SNI e do gabinete militar da Presidência da República.

NEGOCIAÇÃO

O nome do deputado Borges da Silveira foi escolhido inicialmente para dar nome ao projeto que tem o Palácio do Planalto como pai real porque ele figura entre os coordenadores de bancada da estreita confiança do líder Carlos Sant'Anna. Mas como essa informação vazou, pode ocorrer a sua substituição por outro que também seja da confiança governista, mas pertença também à comissão do poder executivo, o que facilitará a tramitação.

Há ainda nesse contexto a possibilidade da cúpula do PMDB começar também esta semana uma ampla negociação em torno da mudança do sistema de Governo para o parlamentarismo não ortodoxo dentro da norma do possível para a realidade brasileira. Mesmo assim, o projeto do Planalto está concluído e teve a redação final dada pelo procurador-geral da República, Saulo Ramos.

MILITARES

Nele a da censura e do voto de desconfiança aos ministros têm uma redação diferente da que foi feita pelo senador José Fogaca, mas, na essência, o sentido é o mesmo. Elimina a figura do vice-presidente, porque no regime parlamentarista esse cargo é exercido pelo primeiro ministro.

O texto obedeceu uma sistemática de trabalho. Primeiro, o presidente José Sarney se reuniu com o líder Carlos Sant'Anna, o procurador Saulo Ramos e mais um restrito grupo de auxiliares da sua confiança, e escreveram todas as idéias, apurando o que seria melhor para os interesses do Poder Executivo. Pensaram também em manter os seis anos, mas decidiram fazer a concessão dos cinco anos aos constituintes, para tentar negociar depois o projeto em bloco. Por último, entregaram ao jurista Saulo Ramos a tarefa de dar uma linguagem constitucional a essas idéias, até porque o grupo acha que a redação do parecer do senador José Fogaca não está de acordo com a técnica legislativa.

Governador não mudaria regime

Cuiabá — "E uma desgraça", "o País não está preparado", "Só com estabilidade política", "Já não deu certo uma vez", "Não pode ser substituído de crise", "E perigoso". Estas foram algumas das exclamações ouvidas sobre a adoção do sistema parlamentarista no Brasil de cinco dos sete governadores — Hélio Gueiros (PA), Amazonino Mendes (AM), Flaviano Melo (AC), Jerônimo Santana (RO) e Carlos Bezerra (MT). A única exceção ficou para o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, o deputado amazonense Bernardo Cabral, que veio a Cuiabá dar o seu apoio aos governadores e que defendeu a adoção de um regime parlamentarista adequado à realidade brasileira.

Se basicamente houve unanimidade na questão do regime ideal para o País — continuidade do presidencialismo — mas com um Parlamento forte, o mesmo aconteceu com a duração do mandato do presidente Sarney: Bernardo Cabral e Hélio Gueiros (PA) defendem seis anos; Amazonino Mendes, cinco anos; Carlos Bezerra (MT) e Jerônimo Santana deixam a decisão para a Constituinte e o governador do Acre, Flaviano Melo, só espera que as eleições não caiam em 89. "Ou 88 ou 90", diz ele.

IVALDO BARBOSA



Fernando Henrique e Mário Covas, líderes da corrente pelo mandato de 4 anos, foram condecorados ontem por Sarney

Plano contra crise teria apoio de Covas

Os senadores Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte e José Richa iniciaram uma articulação destinada a costurar um entendimento com a cúpula partidária e o presidente Sarney em torno de um programa mínimo capaz de enfrentar a crise econômico-financeira sem prejuízo dos grandes compromissos peemedebistas, principalmente de não aceitar a recessão e o desemprego.

Os dois senadores promoveram uma grande reunião terça-feira à noite no gabinete do líder do PMDB na Constituinte para uma primeira avaliação da crise econômico-financeira, bem como das responsabilidades do partido com a sustentação do Governo e da transição democrática. E concluíram pela necessidade de uma articulação que os levará à presença de Ulysses Guimarães, dentro de alguns dias.

Os senadores Mário Covas e José Richa confirmaram, ontem, que estão desenvolvendo esforços para reforçar os vínculos do PMDB com o Governo em torno de um programa capaz de superar a crise, que começa a ganhar contornos dramáticos e preocupantes para as pessoas que têm responsabilidade.

Covas e Richa partem do pressuposto de que o PMDB não pode fugir à responsabilidade de sustentar o Governo Sarney e o processo de transição democrática. Diante da célebre deterioração da situação econômico-financeira, eles acham que o partido precisa intervir para consolidar suas ligações com o Governo e sustentar um programa de salvação nacional.

Outro ponto considerado essencial é que o PMDB tem de dar liberdade ao presidente da República para escolher os seus ministros, sobretudo nesse

momento, não podendo se repetir episódios deploráveis como a nomeação de Bresser Pereira para o Ministério da Fazenda, depois do veto de Ulysses a Tasso Jereissati, quando Sarney deixou com o presidente do PMDB a responsabilidade de anunciar o novo ministro.

Os dois senadores trabalham, ainda, para discutir com os seus companheiros a elaboração de um documento com os compromissos fundamentais do partido e algumas medidas consideradas indispensáveis para enfrentar a crise.

A situação é dramática e não podemos fugir aos nossos compromissos. Temos de fazer um esforço para compreender toda a extensão da crise e oferecermos nossa contribuição ao Governo, disse Richa, confirmando que, oportunamente, ele a Covas pretendem conversar com Ulysses e com o próprio Sarney.

Aureliano reafirma fidelidade

"O presidente José Sarney precisa ter atrás de si uma composição política partidária que seja sólida nas dificuldades", afirmou ontem o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ao ser indagado se a eleição do senador Marco Maciel para a presidência do PFL mudaria a posição do partido.

Disse que a Aliança Democrática independe de estar ou não no Governo. "Temos um compromisso com a Nação. Esse compromisso envolve a ordem democrática. Mas, naturalmente, para se alcançar a ordem democrática não se pode esquecer a ordem eco-

nômica. Devemos ter um compromisso solidário com o presidente José Sarney para que supere as dificuldades, que são enormes".

Para o Ministro, a duração do mandato do Presidente da República é um assunto que deve ser discutido na Constituinte e, "infelizmente não sou um constituinte".

SAULO
O secretário-geral do Partido da Frente Liberal, deputado Saulo Queiroz (MS) cobrou ontem do Governo a definição de uma direção política, com vistas a obter um apoio mais estável no Congresso Nacional,

de forma a poder realizar as correções de rumo na política econômica.

Nesta hora em que o País passa por evidentes dificuldades — explicou o deputado — algumas forças dentro do partido entendem que a parcela de responsabilidade que temos para com o Governo nos obriga a algumas cobranças junto ao próprio Governo.

Na opinião de Saulo Queiroz, a Aliança Democrática não tem mais sentido "uma vez que não oferece a segurança necessária para que o Governo adote posições de interesse nacional, acima dos partidos que a compõem".

Brizola fatura o caos

Rio — O ex-governador Leonel Brizola voltou a insistir em que a falta de "legitimidade" do presidente José Sarney o impede de enfrentar com autoridade a crise econômica e não acredita na eficácia da anunciada intenção de medidas que venham conter a explosão de preços e que já leva o País para o caminho da hiperinflação.

Brizola manifestou preocupação mais uma vez com os desdobramentos políticos da crise econômica que possam vir a criar uma situação desfavorável para uma saída democrática dentro do processo de transição que ao seu ver tem nas eleições diretas a solução, que inclusive pode ser antecipada diante das dificuldades.

No entendimento do governador, nos anos de sua vida pública nunca presenciou um quadro tão caótico como o que o Brasil atravessa no momento. Ele responsabiliza o presidente Sarney por este estado, na medida em que não compreendeu o seu papel e caráter de governante transitório. Dis-

se que hoje a autoridade do Presidente é desafiada justamente pela falta de respaldo legítimo para o mandato que exerce. "Um mandato já esgotado, há algum tempo".

Brizola voltou a se colocar contra o parlamentarismo — como forma de governo para o País — agora proposto formalmente pelo relator da Subcomissão do Poder Executivo da Constituinte. Segundo o ex-governador fluminense e presidente nacional do PDT, trata-se de um mecanismo para enfraquecer a dimensão da eleição presidencial direta e transformar o eventual presidente eleito em "uma rainha Elizabeth", sem poder efetivo de governar.

Trata-se de um casuismo — definiu Brizola — argumentando que a debilidade das instituições do País criariam dificuldades para a adoção do parlamentarismo.

O ex-governador se empenha, no momento, na elaboração do programa nacional do seu partido, o PDT, que irá ao ar no próximo dia 20 onde ele será o único orador.

Ulysses negocia com os moderados

Preocupado com as repercussões que o assunto pudesse ter no âmbito partidário, o presidente do PMDB deputado Ulysses Guimarães, ligou ontem ao líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna pedindo-lhe que convencesse o grupo Centro-Democrático a suspender a divulgação do documento — que será lido no plenário pelo deputado Expedito Machado — contra a forma como a cúpula conduz a fala pela legenda. Machado, contudo, confirmou a divulgação para hoje, às 16 horas.

Ulysses Guimarães conversou com Sant'Anna para reafirmar sua disposição de negociar, ouvir e manter contatos com quantos desejem tratar dos problemas partidários. Depois, lembrou o apoio que tem dado à realização de reuniões partidárias, da Executiva e da bancada, o que, na sua opinião, afasta uma conotação pessoal na direção do PMDB e também a acusação de autoritarismo.

PROBLEMAS

Indagado se um documento como esse poderia criar problemas dentro do PMDB, disse o presidente que o partido tem tradição de debates entre companheiros e os seus problemas devem ser solucionados na bancada, não com documentos ou manifestos públicos de protesto. Por isso, reafirmou que achava possível contornar a questão do documento através de conversas com o grupo Centro-Democrático, para o que, aliás, já faz seguidas gestões.

O presidente Ulysses Guimarães tem chamado muitos dos integrantes desse grupo, como Expedito Machado e Marcos Lima, para conversas reservadas em seu gabinete. Nelas tenta minimizar os efeitos de descontentamento e as acusações de marginalização que lhe são dirigidas nos corredores e serão reafirmadas, embora sem citar seu nome, no documento de protesto dos chamados moderados.

O deputado Expedito Machado contudo confirmou a leitura, hoje, da tribuna da Constituinte (16 horas), do manifesto do grupo Centro-Democrático, do PMDB, de crítica à forma autoritária com que Ulysses Guimarães preside o partido. Apesar das ponderações de alguns de seus colegas, entre os quais o líder Carlos Sant'Anna, segundo os quais o documento deveria servir como instrumento de barganha para negociação, ele acentuou:

"Nós formulamos o documento de crítica à direção, partidária com o objetivo de marcar uma posição para influir em mudança de métodos e comportamentos. Não estamos interessados em barganhar, mas em acabar com o estilo de tomada de decisões sem consultar a maioria", afirmou Expedito Machado.

PARTIDO

Segundo o parlamentar cearense, a grande maioria dos integrantes de seu grupo entende como necessária a publicação do documento de advertência aos dirigentes partidários, a respeito da necessidade de uma democratização das decisões.

O P M D B comprometeu-se com a transição democrática, não pode continuar mergulhado na estagnação e no imobilismo. Não estamos interessados em promover a divisão, mas em fortalecer o Partido para que ele assuma suas responsabilidades nesse momento histórico. A grande maioria dos integrantes do PMDB não está disposta a continuar marginalizada enquanto o presidente do Partido toma as deliberações da maior importância sem consultá-lo sequer — acentuou Expedito Machado.

Advertiu que nada tem de pessoal contra Ulysses. Pelo contrário, acha que ele encarna o papel de bandeira do partido, de seu símbolo, mas não pode relegar a maioria ao papel de expectadora das grandes decisões.